



Paulo César Hartung Gomes

Governador do Estado

Maria da Glória Brito Abaurre

Secretária da SEAMA

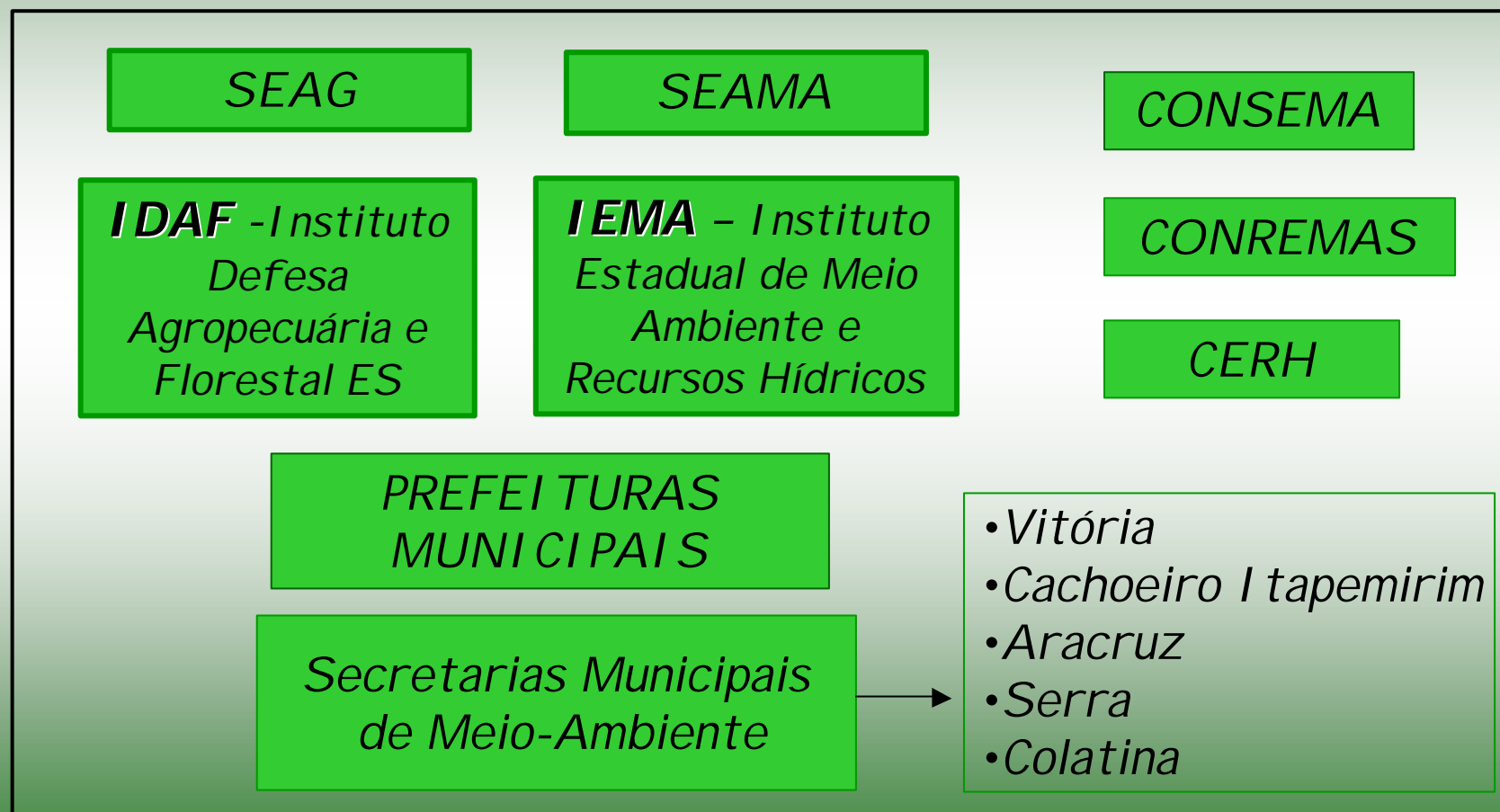
Diretora Presidente do IEMA

João Lages Neto

Gerência de Controle Ambiental

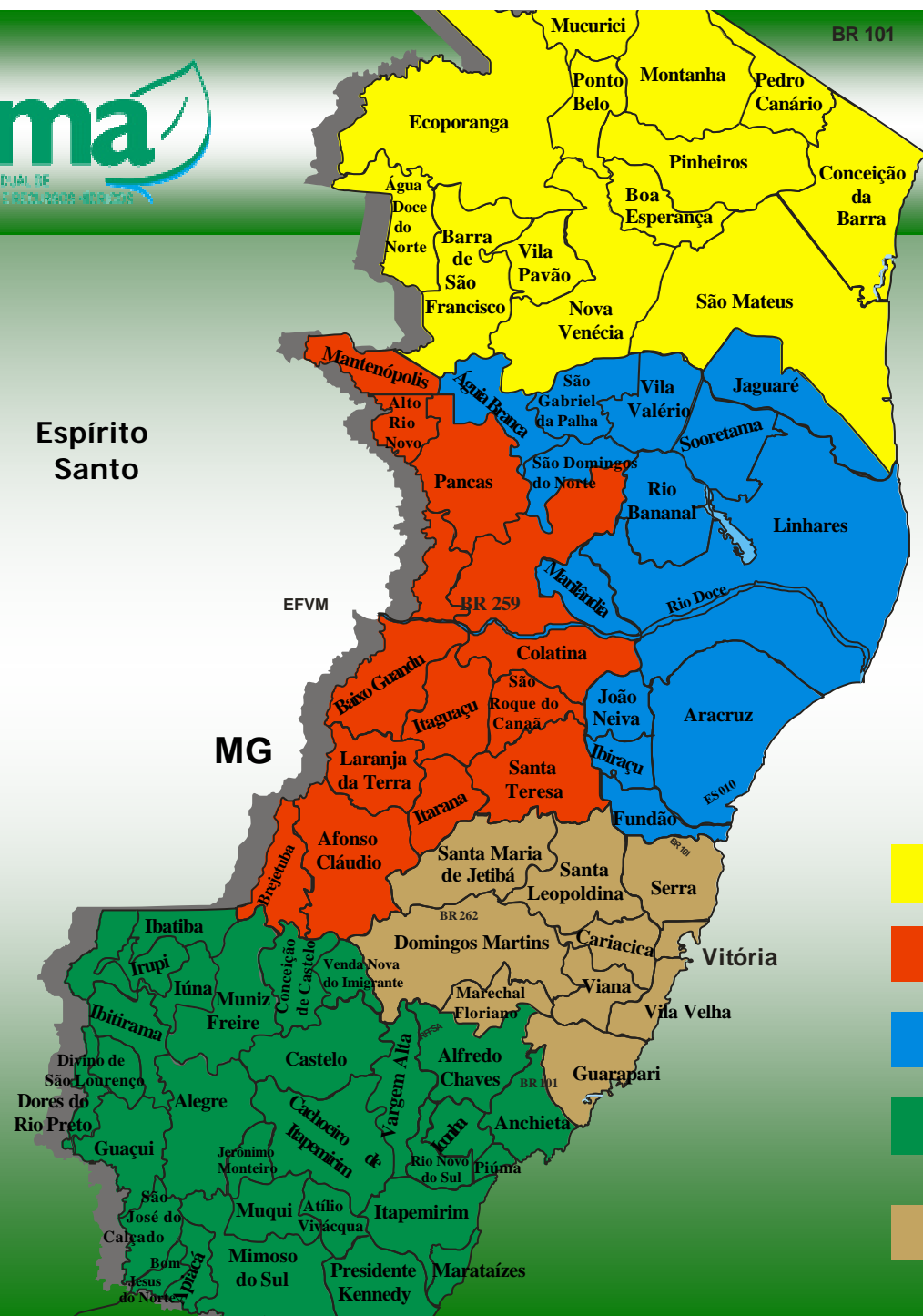
**Procedimentos e Aspectos
Licenciamento Ambiental
das Atividades E&P no ES**

SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO ESPÍRITO SANTO

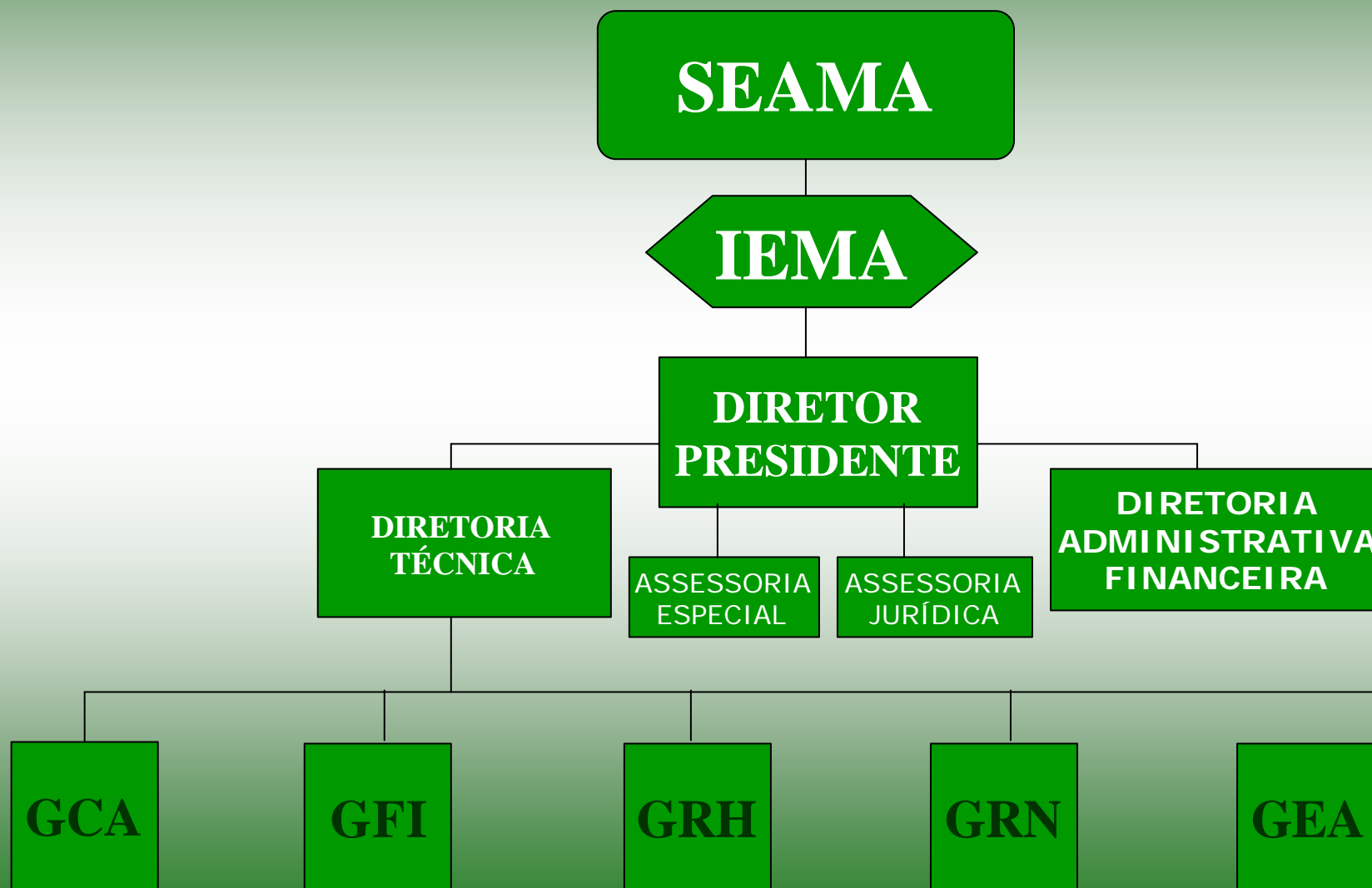


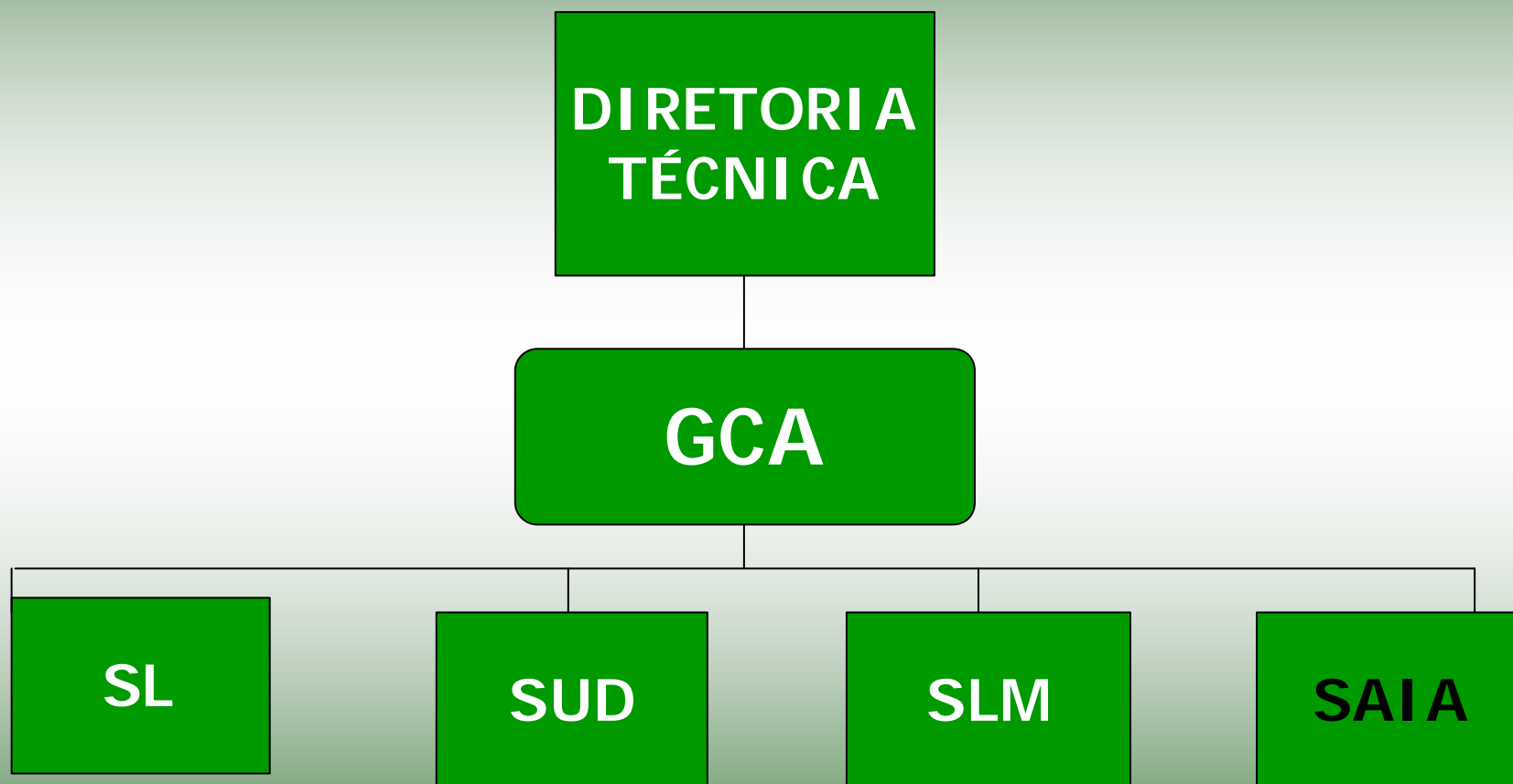
Espírito
Santo

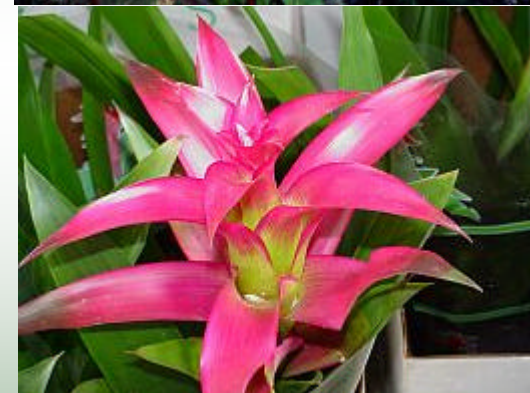
Conselhos Regionais de Meio Ambiente do Espírito Santo



- Conselho Regional I
Bacias: Itaúnas/São Mateus/ Cricaré
- Conselho Regional II
Bacias: Alto Rio Doce
- Conselho Regional III
Bacias: Baixo Rio Doce/ Sahy e Reis Magos
- Conselho Regional IV
Bacias: Itapapoana/ Itapemirim/ Benevente/ Rio Novo
- Conselho Regional V
Bacias: Jucú/ Santa Maria da Vitória







O PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ES



INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL

- **RAP** – Relatório Ambiental Preliminar
- **PCA** – Plano de Controle Ambiental
- **RCA** – Relatório de Controle Ambiental
- **PRAD** – Plano de Recuperação de Área Degradada
- **EVA** – Estudo de Viabilidade Ambiental
- **DIA** – Declaração de Impacto Ambiental
- **AAE** – Avaliação Ambiental Estratégica
- **EIA/RIMA** – Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental
- **APR** – Análise Preliminar de Riscos
- Anuência Prévia Ambiental
- Auditoria Ambiental

INSTRUMENTOS DE GESTÃO E CONTROLE AMBIENTAL

Instrumentos de Gestão e Controle Ambiental

- **LP** – Licença Prévia ou de Localização
- **LI** – Licença de Instalação
- **LO** – Licença de Operação
- **LS** – Licença Simplificada
- **LR** – Licença de Ambiental de Regularização
- **AA** – Autorização ambiental
- **TCA** – Termo de Compromisso Ambiental
- Auditoria ambiental
- **CNDA** – Certidão Negativa de Débito Ambiental
- Consulta Prévia Ambiental
- **Autos** – Advertência, Multa, Embrago/Interdição



ENTRAVES AO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- **Burocracia** - Exigências exageradas e pouco claras, cheia de pontos de decisão com critérios pouco claros;
- **Mudança de exigências** no meio do Licenciamento;
- Falta de razoabilidade na aplicação de sanções por descumprimento parcial das licenças;
- Aplicação indevida e excessiva do **Princípio da Prevenção**;
- Inexistência de **Sistema de Informatização**;
- **Ausência de Normas** e Procedimentos Padrões para Licenciamento por Tipologias de Atividades;

- Tratamento dos Casos **Mais Simples** e de **Menor Impacto** Igualitário aos Empreendimentos e ou **Atividades Complexas** e ou e de **Alto Impacto**;
- **Desequilíbrio de Responsabilidades** entre Consultores e os Técnicos do Iema;
- **Conflito de Competências** entre Ibama – Oemas;
- Receitas geradas não são utilizadas no processo.

- Questionam a funcionalidade da Audiência Pública;
- Questionam a capacidade intelectual da população para discutir o RIMA;
- Envio excessivo de solicitações e explicações técnicas – 30/dias – com curto espaço para resposta e diversidade de tópicos;
- Questionam capacidade dos Órgãos de Controle Ambiental para exercerem suas tarefas de forma eficaz e eficiente;
- Atuação como órgão do SISNAME, sem competência para isso.

- Licenciamento é realizado tardiamente no processo de tomada de decisão e Reduz o cenário estratégico onde deve inserir-se o empreendimento;
- Avaliação parcial e insuficiente dos efeitos sinérgicos – cumulativos no longo prazo;
- Qualidade dos estudos ambientais deficientes, com várias solicitações de complementos;
- Ausência de integração – dimensões ambiental, social e econômica.
- Consultores sem critérios de qualificação e exigências mínimas para exercer a profissão.

- Não incorporação da variável ambiental desde o planejamento do empreendimento;
- Subestimação dos Impactos Sócio-ambientais;
- Subestimação das Audiências Públicas
- Fatores ambientais genéricos, não adequados e ajustados ao ambiente específico da implantação do empreendimento:
 - ✓ Áreas de influência; Grupos de fauna; Parâmetros de qualidade de água, ecotoxicidade.... Sazonalidade, campanhas de campo...
- Informação excessiva (curiosidade acadêmica);
- Excessivo direcionamento nos estudos (acadêmicos) e pouca importância quanto ao Controle Ambiental, seu monitoramento e impactos.





SOLUÇÕES EM ANDAMENTO NO CURTO PRAZO

AÇÕES EM DESENVOLVIMENTO

Realização de concurso público, ainda este ano (147 vagas para equipe técnica) pela CESPE/UNB e treinamento posterior da equipe (com o apoio do convênio SEPLOG/MEES).

- Revisão e adequação da legislação (com o apoio do convênio SEPLOG/MEES, através de contratação de Consultoria Específica na área Jurídica).

Criação no Estado da Comissão Tripartite (IBAMA, SEAMA, SEAG e municípios) para operacionalizar o Sistema Nacional de Meio Ambiente

Descentralização do licenciamento através da municipalização (postos de gasolina, oficinas mecânicas, etc.) e compartilhamento com o IDAF (pequenas barragens e irrigação)

- Elaboração de normas e procedimentos de licenciamento (com apoio do convênio SEPLOG/MEES através de Consultoria de Empresa de Gestão de Qualidade e em parceria CRA/BA)

- Implantação do SIAM – Sistema Integrado de informações Ambientais (com o apoio do convênio SEPLOG/MEES e SEMAD/MG)

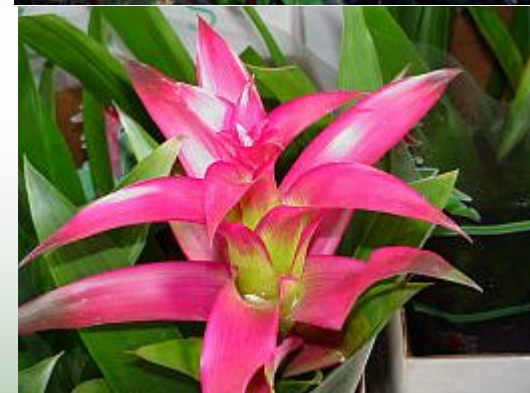
O próprio mercado e estudo de viabilidade de instituição de mecanismo de avaliação da qualidade do trabalho das Consultorias que atuam nessa área.

APOIO A MUNICIPALIZAÇÃO

- Convênio de cooperação técnica e administrativa entre 22 municípios e o IEMA, breve teremos assinatura do 1º termo aditivo com 16 municípios;
- Vistorias em conjunto com técnicos do órgão municipal de meio ambiente, determinado por instrução de serviço;
- Melhoria na estrutura operacional das secretarias municipais de meio ambiente com fornecimento de 01 computador com impressora, 01 máquina fotográfica digital e 01 GPS para, em uma 1ª etapa, 12 municípios conveniados;
- Parceria entre IEMA e ANAMMA na realização do diagnóstico da situação ambiental dos municípios do estado do ES;
- Programa Estadual de Capacitação de Gestores Ambientais Municipais (MMA/ABEMA/ANAMMA), onde serão contemplados na 1ª etapa 31 municípios, de acordo com os critérios estabelecidos pelo MMA:

Modelo de Gestão Perseguido pelo IEMA

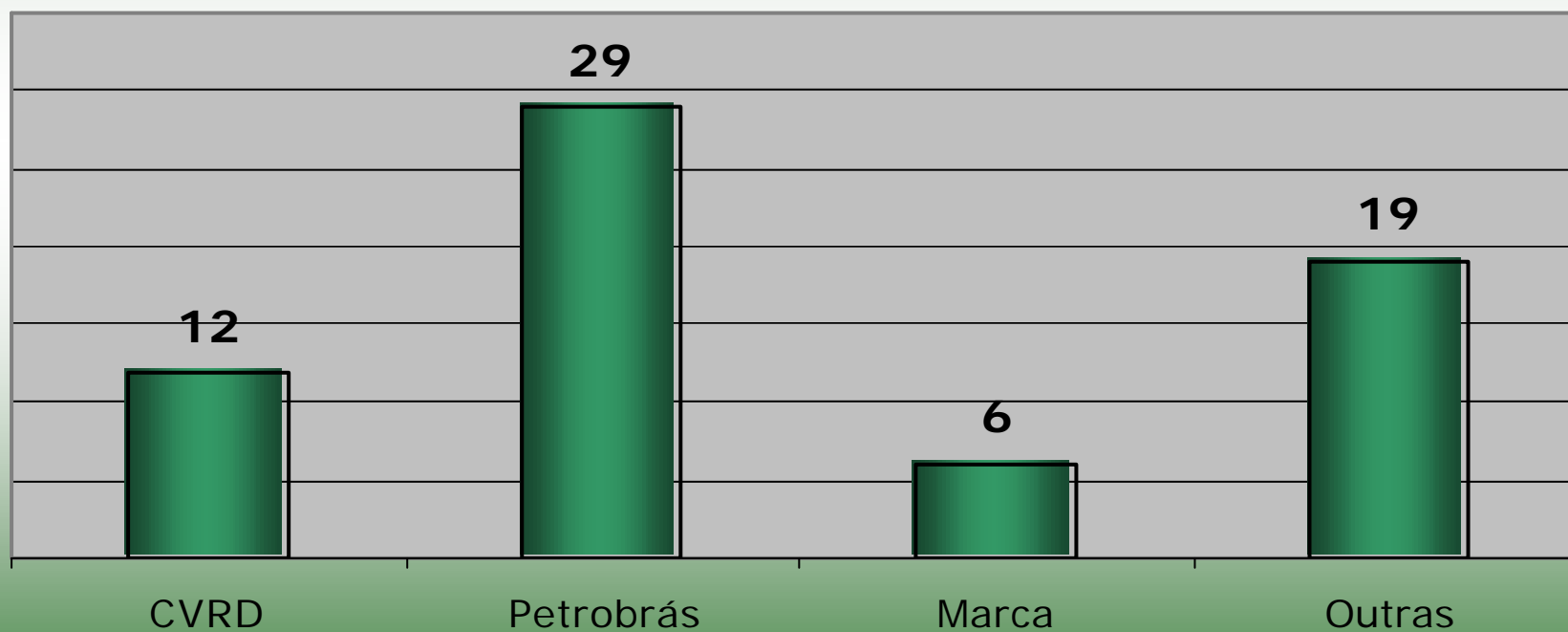
- *Sistemas de informações eficientes;*
- *Indicadores de desempenho definidos para o gerenciamento das políticas ambientais;*
- *Gestão transparente e participativa;*
- *Visão econômica e social no gerenciamento e tomada de decisões;*
- *Parcerias e responsabilização das empresas;*
- *Órgãos e Instituições com missões claras e definidas;*
- *Descentralização para o licenciamento e fiscalização local;*
- *Instituições de controle capacitadas para a gestão;*
- *Termos de compromissos claros e transparentes para a solução dos passivos ambientais.*



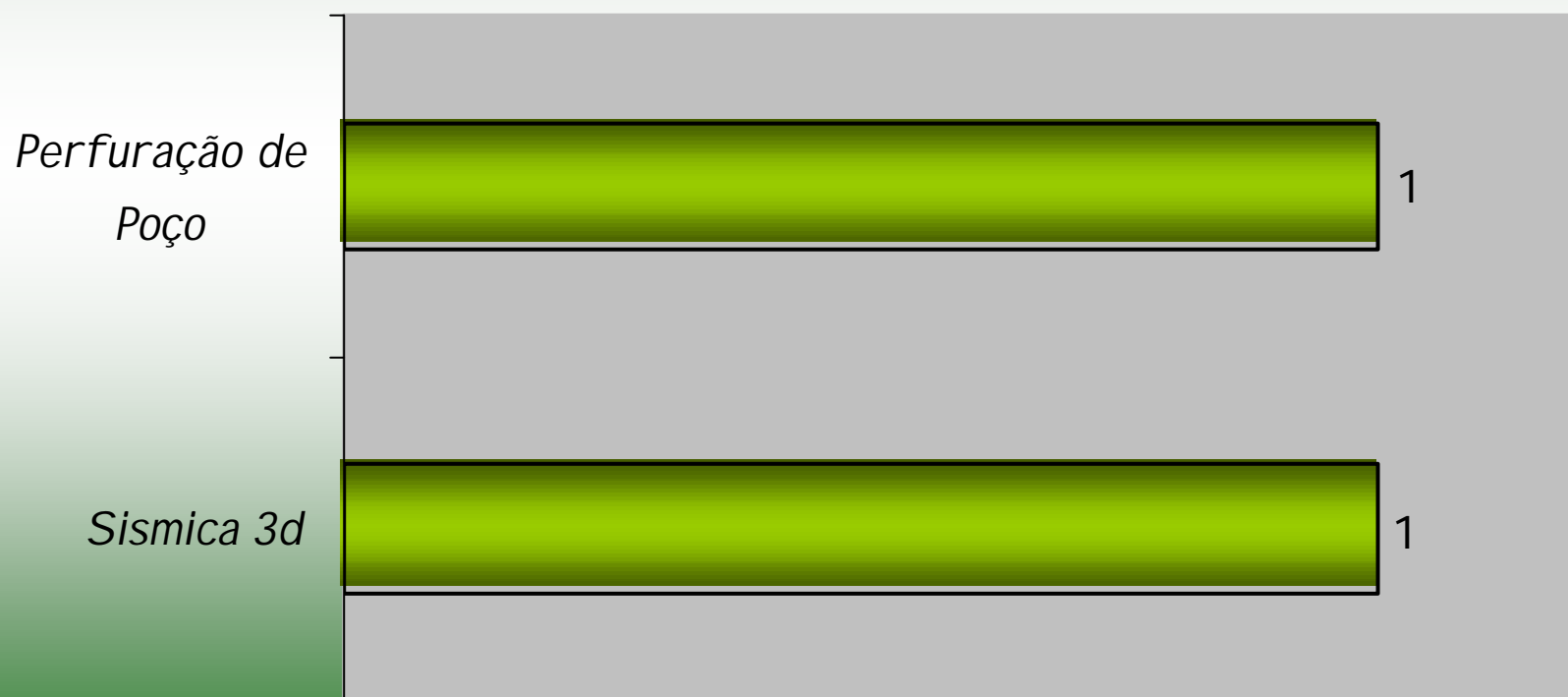
*Licenciamento Ambiental **E&P** no ES em 2004*



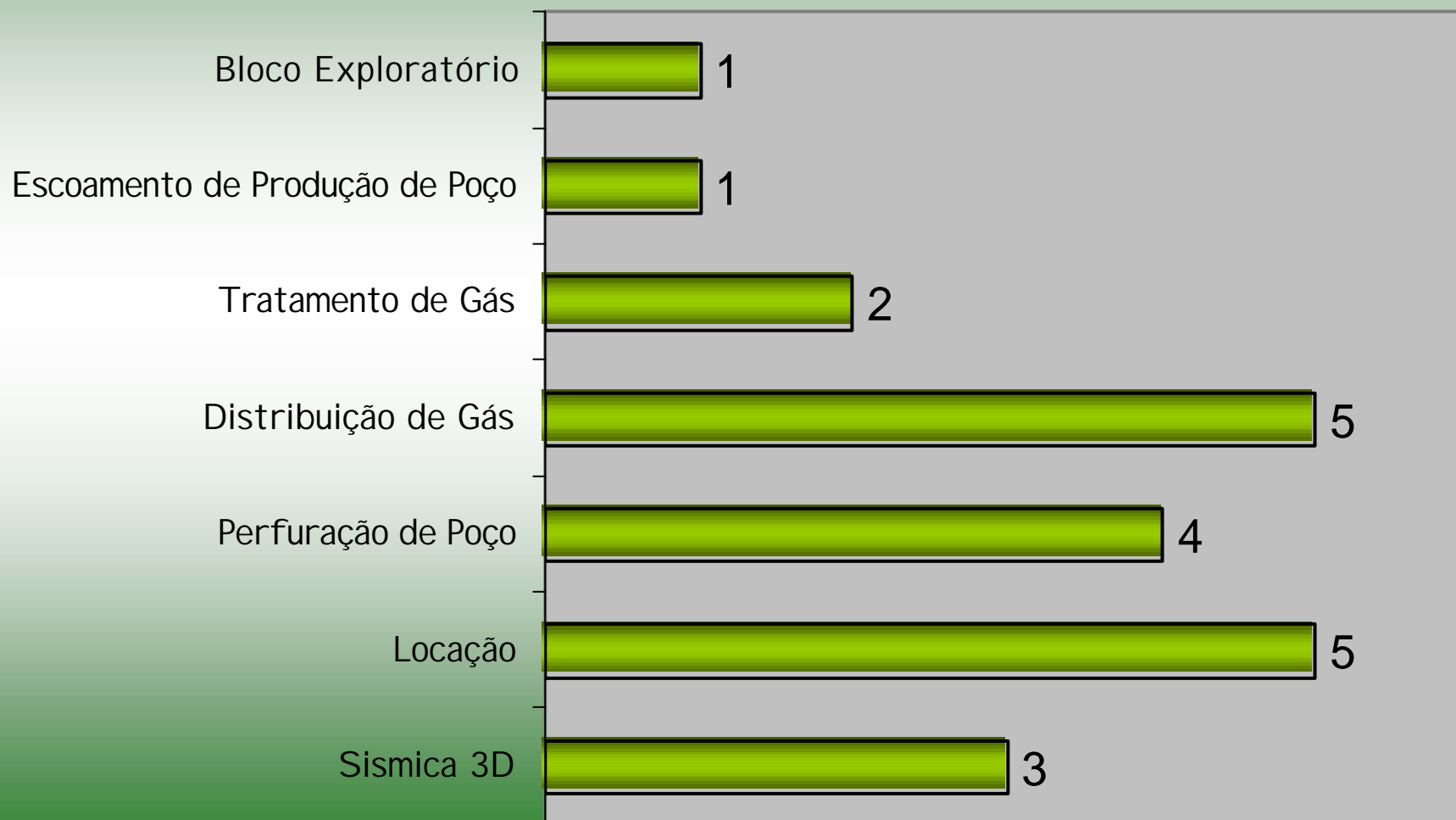
Licenças emitidas em 2004



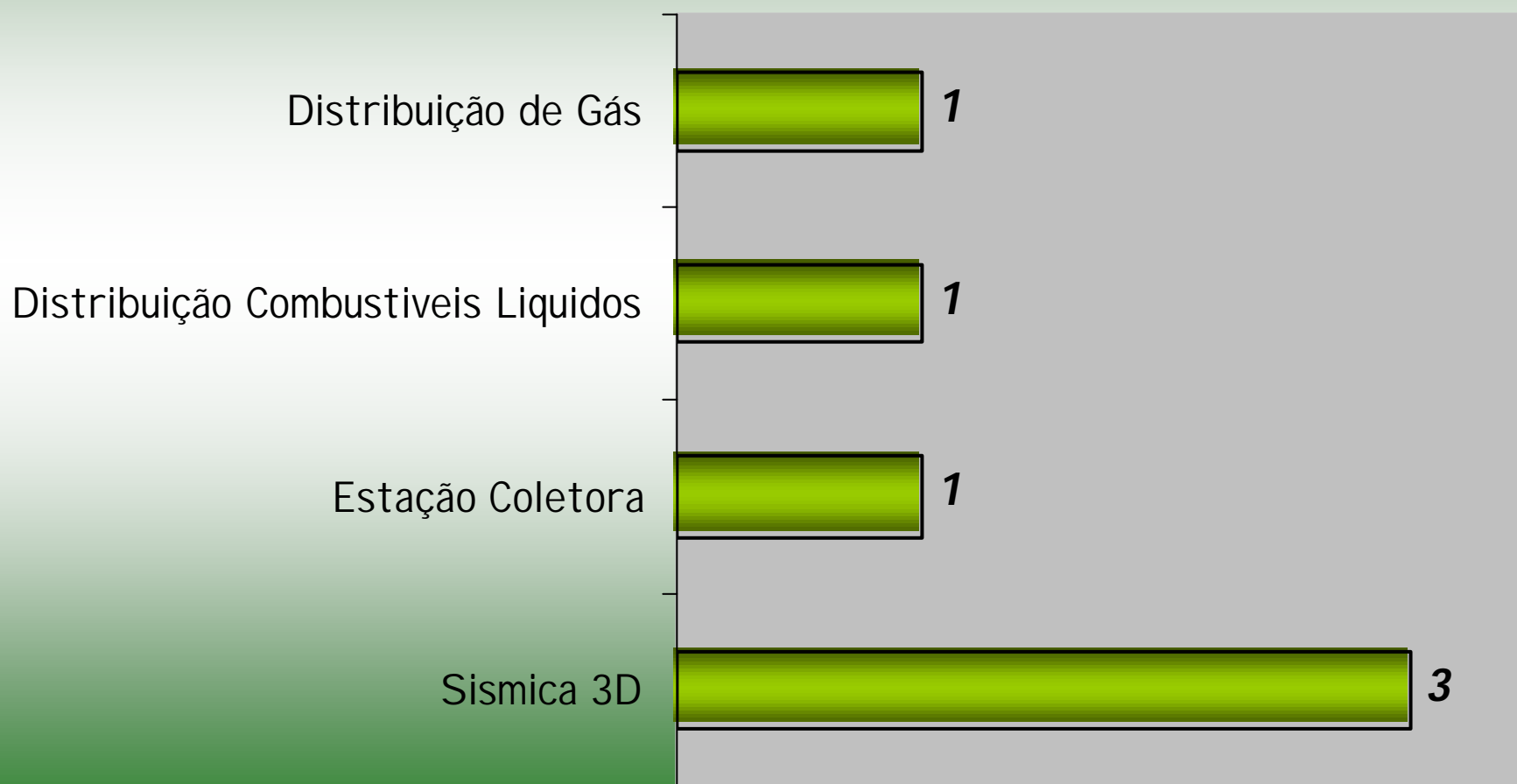
Atvidades que obtiveram LP em 2004



Atividades que obtiveram LI em 2004



Atividades que obtiveram LO em 2004



Obrigado !



Paulo César Hartug Gomes
Governador do Estado

Maria da Glória Brito Abaurre
Secretaria de Estado do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos – SEAMA
Diretora Presidente do IEMA

Engº João Lages Neto
GCA - Gerência de Controle Ambiental
Fone: 3136-3452/3453 – 9979-1690
gca@iema.es.gov.br